



PARECER CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art.11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito junto ao tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do processo nº **6/2018-007PMSJP-**, referente ao Procedimento Licitatório **INEXIGIBILIDADE** nº **6/2018-007PMSJP**, que tem por objeto, **Contratação de pessoa física para prestar serviços de Assessoria Jurídica na Comarca de Senador José Porfírio**, originário do procedimento Licitatório **INEXIGIBILIDADE**, celebrado pela contratante **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO**, com a contratada **YASMIN PENA DE SOUSA ESCHRIQUE**, no valor de **R\$ 35.551,53** (Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos), com base nas regras insculpidas pela lei nº. 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato ou o termo aditivo encontram-se:

☒ (X) revestindo de todas as formalidades legais, nas fases internas, habilitação, julgamento, publicidade;

☐ () revestindo parcialmente das formalidades legais, nas fases internas, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva-----

☐ () Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir-----

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente e que as

✓

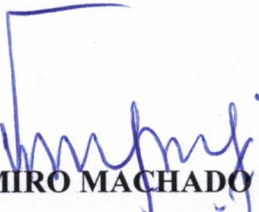


Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
C.N.P.J. 05.421.110/0001-40



informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada local.

Senador José Porfírio/PA, 04 de Abril de 2018.


VALMIRO MACHADO MOURA
Controlador Interno do Município
Dec. nº 024/GAB/PMSJP